



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
R IMPERADOR DOM PEDRO II - Bairro SANTO ANTONIO - CEP 50010-240 - Recife - PE - <https://www.tjpe.jus.br>
FOR PAULA BAPTISTA

CONVÊNIOS

CONVÊNIO Nº 011/2023-TJPE, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E O MUNICÍPIO DE GARANHUNS- PE, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, com sede na Praça da República, s/nº, bairro de Santo Antônio, Recife/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.431.327/0001-34, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr. Marcel da Silva Lima (nos termos da Portaria nº. 1, anexo II, de 02/02/2022), doravante denominado **TJPE**, e o **MUNICÍPIO DE GARANHUNS- PE**, com sede na Avenida Santo Antônio, nº. 216, bairro de Santo Antônio, Garanhuns/PE, CEP 55.293-000, inscrito no CNPJ/MF nº 11.303.906/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Sivaldo Rodrigues Albino, doravante denominado **CONVENIADO**, têm entre si, justo e acordado celebrar o presente Convênio, conforme Processo Administrativo nº 00042465-53.2022.8.17.8017, pela Lei nº 8.666/93 e alterações, no que couber, mediante as cláusulas e estipulações que mutuamente outorgam e estabelecem na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Convênio tem por finalidade formalizar a cooperação e a ação conjunta entre os Convenientes, para a instalação de uma Casa de Justiça e Cidadania, no imóvel localizado na Rua Napoleão Galvão, nº 123, bairro de Santo Antônio, Garanhuns/PE.

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES

2.1. DO TJPE

- a) fiscalizar e supervisionar, através da Coordenadoria Geral do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos — NUPEMEC, o funcionamento da Casa de Justiça e Cidadania;
- b) disponibilizar o seu corpo técnico para prestar orientação, capacitação e treinamento referentes ao uso dos sistemas de apoio jurisdicional (Sistema Mediador), processos e procedimentos inerentes às atividades da equipe técnica multidisciplinar e dos funcionários indicados pelo CONVENIADO para atuarem na Casa de Justiça e Cidadania;
- c) responsabilizar-se pela capacitação e treinamento introdutório dos funcionários do CONVENIADO, que integram a Casa de Justiça e Cidadania. Após a conclusão do primeiro ciclo de treinamento introdutório, as capacitações de novos membros da Casa de Justiça serão de responsabilidade do CONVENIADO;
- d) disponibilizar serviço de suporte telefônico, através da Central de Serviços da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), e técnico na própria Coordenadoria Geral, para a solução de problemas de acesso e de funcionamento dos sistemas informatizados tratados neste Convênio;

- e) cadastrar, como voluntários, e disponibilizar aos usuários indicados pelo CONVENIADO, todos os logins e senhas individuais e intransferíveis, para acesso aos sistemas de apoio jurisdicional para uso exclusivo e indispensável ao funcionamento dos serviços inseridos na Casa de Justiça e Cidadania, mediante assinatura de termo de confidencialidade. Também serão criados e-mail institucional e número identificador do voluntário, os quais serão utilizados apenas para fins de emissão dos certificados digitais;
- f) fornecer Certificado Digital, do tipo A3, em mídia criptográfica do tipo token ou smartcard, de acordo com a disponibilidade do TJPE, aos usuários indicados pelo CONVENIADO e devidamente cadastrados, necessários para realização de login nos sistemas do TJPE, quando se fizer necessário, assim como manter o controle de relação entre cada certificado e seu respectivo usuário e revogá-lo quando necessário, observado o limite de 08 (oito) certificados;
- g) disponibilizar sistemas de informática para acompanhamento e melhor gestão dos procedimentos de conciliação;
- h) orientar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste termo, através da Coordenadoria Geral do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos — NUPEMEC, avaliar o seu desempenho e estabelecer medidas corretivas, se necessárias;
- i) designar Juiz de Direito para homologar, por sentença, os acordos extrajudiciais, conforme art. 487, III, "b" da Lei nº 13.105/2015 (Nova Código de Processo Civil), exceto quando houver, na mesma Comarca um CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA - CEJUSC, cujo magistrado exercerá essa atribuição;
- j) definir o procedimento a ser adotado pela equipe multidisciplinar, inserida na Casa de Justiça e Cidadania, inclusive o procedimento de encaminhamento do público ao serviço indicado, a fim de manter a uniformidade e a padronização com as demais instituições conveniadas ao programa;
- k) responsabilizar-se pelo cadastramento, registro, orientação, fiscalização, controle de frequência, credenciamento e expedição dos respectivos certificados de atuação dos funcionários do CONVENIADO, que atuem ou venham atuar na Casa de Justiça e Cidadania;
- l) auditar, quando necessário, as instalações, equipamentos e as atividades funcionais inerentes à Casa de Justiça e Cidadania, em razão dos serviços prestados pelos funcionários do CONVENIADO;
- m) aprovar, previamente, a instalação, transferência ou extinção da Casa.

Parágrafo único. O TJPE poderá estabelecer outras parcerias visando o alcance das obrigações previstas nesta cláusula.

2.2 DO CONVENIADO:

- a) contratar e executar as obras porventura necessárias, compatíveis com a estruturação/adaptação das instalações físicas projetadas para a implantação da Casa de Justiça e Cidadania, realizando todos os pagamentos decorrentes dessas medidas;
- b) definir os locais de atendimento ao público pelos profissionais da equipe multidisciplinar e voluntários, para a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) submeter à aprovação do TJPE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a necessidade de mudança de endereço da Casa de Justiça e Cidadania, arcando com o ônus decorrente;
- d) mobiliar todas as salas objeto deste Convênio, a fim de atender à demanda de pessoas para a resolução de seus conflitos;
- e) disponibilizar um supervisor para atuar na Casa de Justiça e Cidadania, e, no mínimo, dois conciliadores, um psicólogo, um assistente social, um advogado, um recepcionista, um auxiliar de serviços gerais;
- f) executar as atividades necessárias ao cumprimento do objeto deste Convênio, observando a carga horária mínima de quatro horas diárias de funcionamento, assim como critérios de qualidade técnica, cumprimento de prazos para a tramitação de processos e observância de instrumentos normativos do Tribunal de Justiça de Pernambuco;
- g) informar ao TJPE, a lista dos usuários pertencentes ao quadro funcional permanente que necessitarão de acesso aos sistemas jurisdicionais (Sistema Mediador), com dados cadastrais necessários, informando,

também, qualquer alteração desse quadro;

h) apresentar relatórios mensais dos trabalhos realizados ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos — NUPEMEC, até o quinto dia útil do mês subsequente, contendo os dados referentes às quantidades de sessões marcadas, sessões realizadas. O relatório também deverá conter o quantitativo de atendimentos psicológicos, sociais e interdisciplinares;

i) prestar as informações solicitadas pela Coordenadoria Geral do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos — NUPEMEC;

j) encaminhar ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC qual está vinculada ou ao Juiz competente os termos de acordo celebrados na Unidade, para homologação e prática dos demais atos processuais cabíveis;

k) designar dias da semana e turnos de funcionamento (sendo, no mínimo, dois dias da semana e um turno -manhã ou tarde); ou um dia da semana em turno integral (manhã e tarde), podendo, inclusive, ser aos sábados;

l) indicar profissionais habilitados dos diversos cursos envolvidos com o programa, para serem treinados para a prestação dos serviços a serem disponibilizados para atuarem com a equipe técnica multidisciplinar (psicólogo, assistente social);

m) arquivar, na unidade, cópia dos termos de acordos celebrados;

n) organizar a pauta de conciliação;

o) apoiar e participar das atividades que o Tribunal de Justiça de Pernambuco venha a promover, relativas à matéria objeto deste Convênio;

p) arcar com as despesas de material de expediente e de pessoal, manutenção total da unidade e com a instalação de móveis e equipamentos necessários ao bom funcionamento da unidade (inclusive microcomputadores e impressoras);

q) arcar com todas as despesas atinentes ao fornecimento de água e energia elétrica utilizadas para a implantação e o funcionamento da Casa de Justiça e Cidadania, bem como as demais, despesas de manutenção do imóvel, incluindo os impostos;

r) estar ciente, aceitar e assinar a Termo de Confidencialidade proposto pelo TJPE;

s) responsabilizar-se pelo cumprimento de obrigações e encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da contratação ou recrutamento de funcionários e voluntários para atuar na Casa de Justiça e Cidadania, comunicando ao TJPE, mensalmente, qualquer mudança do quadro funcional desse órgão para efeito de cadastramento, registro e orientação;

t) investir em publicidade, sempre que possível e no que couber, divulgando nos meios de comunicação locais, em linguagem simples e objetiva, os serviços prestados na Casa de Justiça e Cidadania;

u) cumprir os procedimentos estabelecidos em normas editadas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco a respeito das Casa de Justiça e Cidadania;

v) fixar placa de sinalização externa, visível ao público transeunte, com dimensão total não inferior a 1,5 m², contendo logomarcas do CONVENIADO, do TJPE, do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC e da Casa de Justiça e Cidadania.

CLÁUSULA TERCEIRA — DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES

3.1 Este convênio terá vigência de 05 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração;

3.2 O presente Convênio, em qualquer época de sua vigência, poderá ser alterado por expressa manifestação das Convenientes, mediante Termo Aditivo próprio;

3.3 A Casa de Justiça e Cidadania não poderá funcionar fora do período de vigência deste Convênio.

CLÁUSULA QUARTA — DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido, sem qualquer ônus para os partícipes, nas seguintes hipóteses:

- 4.1 Através de denúncia do conveniente interessado, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias;
- 4.2 Diante da superveniência de norma legal ou de fato jurídico que torne material ou formalmente inexecutável o seu objeto;
- 4.3 Quando da existência de 03 (três) notificações emitidas pelo TJPE, referentes ao mesmo problema identificado na Casa de Justiça e Cidadania.

CLÁUSULA QUINTA — DA LEGISLAÇÃO

Aplicam-se a este Convênio, no que couberem, as disposições da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, as Leis Federais nº 8.666/93 e alterações, nº 13.140/2015 e nos termos da Lei Complementar nº 100, de 21.11.2007.

CLÁUSULA SEXTA — DOS CONFLITOS E DAS SITUAÇÕES OMISSAS

Os conflitos eventualmente decorrentes das atividades constantes deste Convênio e as situações omissas neste instrumento serão resolvidos pelo consenso dos Convenientes. Na impossibilidade de solução do conflito será observada a forma prevista em lei.

CLÁUSULA SÉTIMA — DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este Convênio não contempla repasse de recursos financeiros de um a outro Conveniente, a qualquer título, devendo cada um dos partícipes arcar com as despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições com recursos próprios.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

8.1. Na execução do objeto deste Convênio, a CONVENIENTE que recebe, armazena, transmite ou administra dados referentes e que transitarem entre as CONVENIENTES atua na condição de controladora em relação as atividades de tratamento realizada com esses dados, nos termos do art. 5º, VI, da Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados), e garantirá a devida proteção e manuseio desses dados em conformidade com a Lei, além das demais regras aplicáveis;

8.2. Para os fins deste Convênio, informações ou dados pessoais significam todas as informações recebidas pela CONVENIENTE em qualquer forma tangível ou intangível referente, ou que pessoalmente identifiquem ou tornem identificáveis, qualquer titular de dados pessoais, a exemplo de nomes individuais, endereços, números de telefone, endereços de e-mail, histórico de compras, informações de contratação, informações financeiras, informações médicas, números de cartão de crédito, números de previdência social, cor, credo religioso, entre outros;

8.3. Em relação a esses dados pessoais coletados pelas CONVENIENTES, compete-lhes:

a) usá-los apenas e estritamente para os propósitos descritos nas políticas de privacidade ou termo de consentimento prévio obtidos dos indivíduos cujos dados estão sendo transmitidos e sempre referente aos serviços descritos neste Convênio de Cooperação, garantida em qualquer caso a ampla transparência dessas finalidades, conforme estabelecido no art. 6º, I e VI, da LGPD;

b) tomar as medidas necessárias, levando em consideração os custos e possíveis consequências, para efetivamente evitar o uso não autorizado, a divulgação, a perda acidental, a destruição ou a danificação dos dados pessoais recebidos, incluindo implementar sistemas de segurança apropriados e limitando o conhecimento e manipulação dos dados pessoais apenas a poucas pessoas dentro da organização, que necessitem saber para que se atinjam os objetivos do Convênio de Cooperação;

c) não terceirizar/subcontratar o processamento dos dados pessoais recebidos, nem transferir o processamento ou tratamento para qualquer outra empresa ou terceiro, inclusive no exterior, sem garantir ao titular desses dados ampla transparência dessa atividade de tratamento, ou, quando for o caso, sem coletar consentimento prévio dos indivíduos cujos dados estão sendo transmitidos para terceiro;

- d) não divulgar nem compartilhar com terceiros quaisquer dados pessoais recebidos, salvo se o consentimento prévio por escrito tenha sido obtido e mediante termo de consentimento prévio dos indivíduos cujos dados estão sendo transmitidos para terceiro;
- e) não modificar qualquer finalidade ou propósito para o qual foi autorizada a transmissão, uso e/ou processamento de dados pessoais, assim como não combinar dados de diferentes indivíduos;
- f) eliminar os dados quando da conclusão das finalidades para as quais tais dados foram transmitidos, salvo as hipóteses legais, incluindo, mas não limitado, àquelas do artigo 16 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados);
- g) permitir a qualquer tempo, a retificação de tais dados na forma da lei, com relação aos dados e informações pessoais tratados;
- h) admitir e se responsabilizar, integralmente, pelo descumprimento de qualquer condição legal ou contratual com relação a tratamento de dados, sendo certo que na hipótese de violação, poderá a CONVENIENTE adimplente rescindir o presente instrumento por justa causa, além do dever da PARTÍCIPE inadimplente de reembolsar qualquer custo e prejuízo eventualmente incorrido pela CONVENIENTE adimplente, inclusive por força de atuação de qualquer autoridade fiscalizadora ou agência governamental de proteção de dados, no Brasil.

CLÁUSULA NONA - DA VALIDADE DA ASSINATURA ELETRÔNICA

Os CONVENIENTES reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Convênio e seus termos, conforme disposto no art. 219 do Código Civil, bem como das assinaturas apostas em formato físico ou eletrônico, sem que, em caso de escolha pela assinatura eletrônica, esta deverá ser formalizada através, a teor do disposto no § 2º, do art. 10, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O presente Convênio será publicado, em extrato, no Diário da Justiça Eletrônico, do TRIBUNAL, na forma do art. 61 e seu parágrafo único, da Lei 8.666/93;

10.2 Este termo, firmado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, será arquivado no CONVENIADO e no TJPE;

10.3 Incorpora a esse instrumento o Anexo I que trata do termo de confidencialidade, em que são consideradas INFORMAÇÕES SIGILOSAS, os documentos e informações identificados como confidenciais no momento de sua divulgação, transmitidos pela parte divulgadora à parte receptora, através de seus diretores, sócios, administradores, empregados, prestadores de serviço, prepostos, subcontratados ou quaisquer representantes que tenham poderes para tal e estejam diretamente envolvidos na contratação. Tais documentos e informações não se limitam, mas poderão constar de dados digitais, desenhos, relatórios, estudos, materiais, produtos, tecnologia, programas de computador, códigos fontes, especificações, manuais, planos de negócio, informações financeiras, meios de autenticação ou acesso aos sistemas (usuários, senhas, certificados, entre outros) ou quaisquer outras informações submetidas oralmente, por escrito ou qualquer outro tipo de mídia desde que devidamente identificadas como confidenciais no momento de sua divulgação.

Parágrafo Único. Cada parte deverá revelar à outra parte apenas as INFORMAÇÕES SIGILOSAS que sejam estritamente necessárias para o propósito da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, com renúncia a qualquer outro, ainda que privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Convênio, desde que não possam ser resolvidas em comum acordo.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente eletronicamente, juntamente com as testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

13/03/2023 15:23

SEI/TJPE - 1901843 - Convênios

Recife/PE, (data da assinatura eletrônica).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Sr. Marcel da Silva Lima

Diretor Geral

MUNICÍPIO DE GARANHUNS – PE

Sr. Sivaldo Rodrigues Albino

Prefeito

TESTEMUNHAS:1. Nome: *Geulys Gilson*

CPF/MF:

2. Nome: *Silvando Dantas*

CPF/MF:



Documento assinado eletronicamente por **Sivaldo Rodrigues Albino, Usuário Externo**, em 13/03/2023, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCEL DA SILVA LIMA, DIRETOR GERAL TRIB JUST/DGPJC**, em 13/03/2023, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **1901843** e o código CRC **FAB5A67F**.

00042465-53.2022.8.17.8017

1901843v4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
R IMPERADOR DOM PEDRO II - Bairro SANTO ANTONIO - CEP 50010-240 - Recife - PE - <https://www.tjpe.jus.br>
FOR PAULA BAPTISTA

TERMO

ANEXO AO CONVÊNIO Nº 04 /2023

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E O MUNICÍPIO DE GARANHUNS – PE, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, com sede na Praça da República, s/n, Santo Antônio, Recife/PE, CEP: 50.010-040, neste ato representado neste ato por seu Diretor Geral, Sr. Marcel da Silva Lima (nos termos da Portaria nº. 1, anexo II, de 02/02/2022), doravante denominado **TJPE**, e o **MUNICÍPIO DE GARANHUNS – PE**, com sede na Avenida Santo Antônio, nº. 216, bairro de Santo Antônio, Garanhuns/PE, CEP 55.293-000, inscrito no CNPJ/MF nº 11.303.906/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. Sivaldo Rodrigues Albino, doravante denominado **CONVENIADO**, têm entre si, justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, oriundo do Processo Administrativo nº 00042465-53.2022.8.17.8017, e decorrente da realização do Convênio em epígrafe, que entra em vigor, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 que regulamentou o artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal, mediante as cláusulas e estipulações que mutuamente outorgam e estabelecem na forma adiante articulada:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo é prover a necessária e adequada proteção às informações confidenciais fornecidas pelo **TRIBUNAL ao CONVENIADO**, em razão do Convênio firmado entre os partícipes, objetivando cooperação e a ação conjunta, para a instalação de uma Casa de Justiça e Cidadania, em instalações do próprio **CONVENIADO**.

1.2. As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a toda documentação técnica fornecida pelo **TRIBUNAL ao CONVENIADO**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Para fins do presente termo são consideradas **INFORMAÇÕES SIGILOSAS**, os documentos e informações transmitidos pelo **TRIBUNAL** e recebidos pelo **CONVENIADO** através de seus diretores, sócios, administradores, empregados, prestadores de serviço, prepostos, subcontratados ou quaisquer representantes. Tais documentos e informações não se limitam, mas poderão constar de dados digitais, desenhos, relatórios, estudos, materiais, produtos, tecnologia, programas de computador, códigos fontes, especificações, manuais, planos de negócio, informações financeiras, meios de autenticação ou acesso aos sistemas (usuários, senhas, certificados, entre outros) ou quaisquer outras informações submetidas

oralmente, por escrito ou qualquer outro tipo de mídia. Adicionalmente, a expressão **INFORMAÇÕES SIGILOSAS** inclui toda informação que o **CONVENIADO** possa obter através da simples visita às instalações do **TRIBUNAL**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS LIMITES DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Para fins do presente Termo, não serão consideradas **INFORMAÇÕES SIGILOSAS** as que:

- 3.1.** São ou se tornaram públicas sem ter havido a violação deste **TERMO** pelo **CONVENIADO**;
- 3.2.** Eram conhecidas pelo **CONVENIADO**, comprovadas por registros escritos em posse do mesmo, antes do recebimento delas pelo **TRIBUNAL**;
- 3.3.** Foram desenvolvidas pelo **CONVENIADO** sem o uso de quaisquer **INFORMAÇÕES SIGILOSAS**;
- 3.4.** Venham a ser reveladas pelo **CONVENIADO** quando obrigada por qualquer entidade governamental jurisdicionalmente competente;
 - 3.4.1.** Tão logo inquirida a revelar as informações, o **CONVENIADO** deverá informar imediatamente, por escrito, ao **TRIBUNAL**, para que este requeira medida cautelar ou outro recurso legal apropriado;
 - 3.4.2.** O **CONVENIADO** deverá revelar tão somente as informações que forem legalmente exigidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

- 4.1.** Garantir que as Informações Confidenciais sejam utilizadas apenas para os propósitos do supracitado Convênio, e que serão divulgadas apenas para seus diretores, sócios, administradores, empregados, prestadores de serviço, prepostos ou quaisquer representantes, respeitando o princípio do privilégio mínimo, ou seja, o conceito de que os usuários devem ter o menor privilégio possível necessário para executar as tarefas atribuídas;
- 4.2.** Não divulgar, publicar ou de qualquer forma revelar qualquer **INFORMAÇÃO SIGILOSA** recebida através do **TRIBUNAL** para qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, sem prévia autorização escrita do **TRIBUNAL**;
- 4.3.** Garantir que qualquer **INFORMAÇÃO SIGILOSA** fornecida por meio tangível não seja duplicada pelo **CONVENIADO**, exceto para os propósitos descritos neste acordo;
- 4.4.** A pedido do **TRIBUNAL**, retornar a ele todas as **INFORMAÇÕES SIGILOSAS** recebidas de forma escrita ou tangível, incluindo cópias, reproduções ou outra mídia contendo tais informações, dentro de um período máximo de 10 (dez) dias após o pedido.

CLÁUSULA QUINTA - DA PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

- 5.1.** O **CONVENIADO** concorda que todas as **INFORMAÇÕES SIGILOSAS** permanecem como propriedade do **TRIBUNAL** e que este pode utilizá-las para qualquer propósito vinculado ao objeto deste acordo.
- 5.2.** O **CONVENIADO** confirma ter ciência de que este acordo ou quaisquer **INFORMAÇÕES SIGILOSAS** que lhe forem entregues pelo **TRIBUNAL**, não poderão ser interpretados como concessão a qualquer direito ou licença relativa à propriedade intelectual (marcas, patentes, copyrights e segredos profissionais) ao **CONVENIADO**.
- 5.3.** O **CONVENIADO** concorda que todos os resultados dos trabalhos prestados por ele ao **TRIBUNAL** são reconhecidos, irrestritamente, neste ato, como de exclusiva propriedade do **TRIBUNAL**, não podendo reivindicar qualquer direito inerente à propriedade intelectual.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO CONVENIADO

O **CONVENIADO** declara que seguirá todas as políticas, normas e procedimentos de segurança da informação definidos e/ou seguidos pelo **TRIBUNAL**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data da assinatura até a do termo final do Convênio, ao qual está vinculado.

7.2. As obrigações tratadas neste acordo subsistirão permanentemente, mesmo após a conclusão dos serviços ou até que a **TRIBUNAL** comunique expressa e inequivocamente, por escrito, ao **CONVENIADO**, que as informações já não são mais sigilosas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Qualquer divulgação de INFORMAÇÕES SIGILOSAS obtidas em razão dos serviços prestados pelo **CONVENIADO**, por prepostos ou por subcontratados seus, sem a respectiva autorização prévia, expressa e escrita do **TRIBUNAL**, implicará na obrigatoriedade de o **CONVENIADO** ressarcir as perdas e danos experimentados pelo **TRIBUNAL**, sem prejuízo das penalidades civis e criminais previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O presente Termo constitui acordo entre os partícipes, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, aplicando-se a todos os acordos, promessas, propostas, declarações, entendimentos e negociações anteriores ou posteriores, escritas ou verbais, empreendidas no que diz respeito ao Convênio que dá causa a este Termo, sejam estas ações feitas direta ou indiretamente pelos partícipes, em conjunto ou separadamente, e, será igualmente aplicado a todo e qualquer acordo ou entendimento futuro, que venha a ser firmado.

9.2. Este Instrumento de Confidencialidade constitui termo vinculado ao Convênio epígrafado, parte independente e regulatória dele.

9.3. Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste Termo ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou, ainda, constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão os partícipes tais divergências, de acordo com os princípios que orientam o direito administrativo, as quais deverão ser utilizadas como fonte para solucionar eventuais pendências que não foram previstas no presente instrumento.

9.4. O disposto no presente Termo de Confidencialidade prevalecerá, sempre, em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre os partícipes quanto ao sigilo de informações confidenciais, como definidas neste instrumento.

9.5. A omissão ou tolerância dos partícipes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

É competente *para dirimir* quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento o Foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem os convenientes justos e acordados, assinam o presente Termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Recife/PE, (data da assinatura eletrônica).

13/03/2023 15:03

SEI/TJPE - 1901847 - Termo

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Sr. Marcel da Silva Lima

Diretor Geral

MUNICÍPIO DE GARANHUNS – PE

Sr. Sivaldo Rodrigues Albino

Prefeito

TESTEMUNHAS:1. Nome: *Semender Dantas* 2. Nome:CPF/MF: *Georgy Gilson* CPF/MF:

Documento assinado eletronicamente por **Sivaldo Rodrigues Albino, Usuário Externo**, em 13/03/2023, às 13:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCEL DA SILVA LIMA, DIRETOR GERAL TRIB JUST/DGPJC**, em 13/03/2023, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **1901847** e o código CRC **80899CBA**.

00042465-53.2022.8.17.8017

1901847v4